



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
22º Exame de Seleção de Estagiários de Direito da PRR-2ª Região, PR/RJ e PRM
Niterói .

INSTRUÇÕES

1. **VERIFIQUE**, com muita atenção, este caderno de prova que deve conter 40 (quarenta) questões objetivas, 10 (dez) de Direito Constitucional, 10 (dez) de Direito Penal, 10 (dez) de Direito Civil e 10 (dez) de Teoria Geral do Processo, e questões discursivas de Direito Constitucional, Direito Penal, Direito Civil e Teoria Geral do Processo. Caso haja qualquer erro de impressão, solicite, imediatamente, a substituição.

2. **VERIFIQUE**, também, a folha de respostas da prova objetiva e o Caderno de Respostas da prova discursiva. **Não serão aceitas reclamações formuladas após o início da prova.**

3. Preencha corretamente seus dados no **CARTÃO DE RESPOSTA** e no campo correspondente no **CADERNO DE RESPOSTAS**. **Não serão corrigidos os Cadernos de Respostas da prova subjetiva nos quais não conste o número da inscrição do candidato.**

4. Não rasure o campo destinado à atribuição da nota.

5. Os espaços para resposta são **LIMITADOS**. **NÃO** serão consideradas quaisquer anotações fora do espaço apropriado. Atente, ainda, para o **LIMITE DE LINHAS** que tenha sido fixado em **CADA QUESTÃO DISCURSIVA**.

6. Use **SOMENTE** caneta esferográfica **PRETA** ou **AZUL** nas Folhas de Respostas e no Caderno de Respostas.

7. O candidato só poderá sair com a prova após 90 (noventa) minutos de iniciado o exame.

8. O exame terá duração de 04 (quatro) horas. Aconselhamos não se deter nas questões difíceis, deixando-as para o final.

BOA SORTE!

Rio de Janeiro, 07 de maio de 2017.

TEORIA GERAL DO PROCESSO

1) À luz dos princípios que norteiam as modernas normas do direito processual, é **correto** afirmar:

- a) O processo penal somente poderá ser iniciado por ato do Ministério Público.
- b) A nulidade do ato será declarada pelo juízo, mesmo que o incidente seja suscitado pela parte que lhe deu causa.
- c) O Estado, sempre que possível, promoverá a solução consensual dos conflitos.
- d) O princípio da boa-fé é estranho ao processo civil brasileiro.
- e) Nenhuma das respostas acima é correta.

2) Em relação ao regime dos **prazos**, pode-se afirmar o que se segue, de acordo com o Código de Processo Civil:

- a) Na contagem dos prazos processuais em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, computar-se-ão somente os dias úteis.
- b) Somente há suspensão do curso do prazo processual nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, se o juízo assim determinar.
- c) Inclui-se na contagem do começo do prazo processual o dia da publicação do ato judicial.
- d) O juiz deverá proferir a sentença em um prazo máximo de 10(dez) dias úteis.
- e) Nenhuma das respostas acima está correta.

3) Assinale **V**, se a assertiva for verdadeira ou **F**, se for falsa:

- a) () As ações em que forem parte, de um lado, a autarquia previdenciária e, de outro, o segurado ou beneficiário, serão processadas e julgadas na justiça estadual, no foro do domicílio dos segurados ou beneficiários, sempre que a comarca não seja sede de vara do juízo federal.
- b) () Como a Autarquia Previdenciária é parte da administração pública federal, toda causa em que esta for parte será sempre proposta em varas da justiça federal, sob pena de nulidade.
- c) () A fixação da competência do juízo no domicílio do réu é um dos critérios de fixação da competência interna.
- d) () Nas ações fundadas em direito pessoal ou em direitos reais mobiliários, se o réu tiver mais de um domicílio, será demandado naquele em que se localizarem os seus principais negócios.
- e) () Sendo incerto ou desconhecido o domicílio do réu, ele poderá ser demandado onde for encontrado ou no foro de domicílio do autor.

4) Dentre os princípios que regem a cooperação jurídica internacional, é correto afirmar o que se segue:

a) É assegurada a igualdade de tratamento entre nacionais e estrangeiros, residentes ou não no Brasil, em relação ao acesso à justiça e à tramitação dos processos, garantindo-se assistência judiciária aos necessitados.

b) É garantida a publicidade processual, exceto nas hipóteses de sigilo previstas na legislação brasileira ou na do Estado requerente.

c) É assegurada a existência de uma autoridade central para a recepção e transmissão dos pedidos de cooperação.

d) Na ausência de tratado, a cooperação jurídica internacional poderá realizar-se com base em reciprocidade, manifestada por via diplomática.

e) Todas as respostas acima são corretas.

5) Sobre os sujeitos do processo, assinale a alternativa que não lhe parecer correta:

a) Toda pessoa que se encontre no exercício de seus direitos tem capacidade para estar em juízo.

b) O juiz nomeará curador especial ao incapaz, se não tiver representante legal ou se os interesses deste colidirem com os daquele, enquanto durar a incapacidade.

c) O cônjuge sempre necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário, mesmo quando casado em regime de absoluta separação de bens.

d) Ambos os cônjuges serão necessariamente citados para a ação que verse sobre direito real imobiliário, salvo quando casados sob o regime de separação absoluta de bens.

e) Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz suspenderá o processo e designará prazo razoável para que seja sanado o vício.

6) Eventual *Habeas corpus* na qual um Procurador da República figura como autoridade coatora, deve ser processada perante

a) um juiz federal.

b) o Tribunal Regional Federal.

c) o Superior Tribunal de Justiça.

d) o Conselho Nacional do Ministério Público.

e) nenhuma das respostas acima.

7) Um crime praticado em detrimento de bens ou interesses da Caixa Econômica Federal deve ser processado perante

- a) o Tribunal Regional Federal.
- b) um juiz de direito.
- c) o Tribunal de Justiça.
- d) um juiz federal.
- e) nenhuma das respostas acima.

8) Não tem sede constitucional o seguinte princípio:

- a) da legalidade.
- b) do devido processo legal.
- c) da cooperação.
- d) da soberania dos veredictos do júri.
- e) da motivação das decisões judiciais.

9) Quais os pressupostos de validade do processo:

- a) Órgão estatal investido de jurisdição, partes e demanda.
- b) competência e imparcialidade do juiz; capacidade das partes e demanda regularmente ajuizada.
- c) legitimidade das partes e interesse de agir.
- d) partes, causa de pedir e pedido.
- e) nenhuma das assertivas acima.

10) Está o Ministério Público legitimado a propor as seguintes ações:

- a) Ação Civil Pública (Lei 7.347/85).
- b) Proteção aos direitos das pessoas portadoras de deficiência (Lei 7.853/89).
- c) Ação destinada a obter ressarcimento de danos causados aos titulares de valores mobiliários e investidores do mercado (Lei 7.913/89).
- d) Proteção dos direitos dos idosos (Estatuto do Idoso, lei 10.741/2003).
- e) Todas as afirmativas acima estão corretas.

DIREITO CIVIL

11) Assinale a alternativa que contém a afirmação CORRETA:

- a) A capacidade de direito ou gozo existe para toda pessoa, desde que possua certidão de nascimento.
- b) O Estatuto da Pessoa com Deficiência alterou a teoria das incapacidades.
- c) A capacidade civil plena é composta apenas pela capacidade de fato.
- d) A emancipação também gera efeitos para fins penais.
- e) São absolutamente incapazes os menores de 16 (dezesseis) anos e, eventualmente, as pessoas que não puderem exprimir a sua vontade.

12) Analise as afirmações abaixo e responda a seguir:

I – Em determinadas situações, os Tribunais vêm reconhecendo o direito à indenização por danos morais ao nascituro.

II - As pessoas com deficiência mental, em regra, são consideradas relativamente incapazes.

III – Os absolutamente incapazes devem ser assistidos na prática de atos negociais, sob pena de nulidade.

IV – A emancipação legal, por exercício de emprego público efetivo abrange as hipóteses de serviços temporários ou cargos comissionados.

- a) I e IV estão corretas.
- b) II e III estão corretas.
- c) I, II e IV estão corretas.
- d) III e IV estão corretas.
- e) Apenas a alternativa I está correta.

13) Assinale a alternativa que contém a informação FALSA:

a) É admitido o ato de disposição de doação de órgãos para depois da morte, podendo ser revogado a qualquer tempo.

b) Os direitos de personalidade são absolutos, imprescritíveis, indisponíveis e impenhoráveis, sendo admissível a cessão temporária de aspectos patrimoniais destes direitos, como, por exemplo, em relação ao direito de imagem.

c) A violação a direitos da personalidade pode gerar o direito à indenização por dano material e dano moral.

d) O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, ainda quando não haja intenção difamatória.

e) A pessoa capacitada plenamente está habilitada para a prática de todos os atos da vida civil, ainda que a lei estabeleça requisitos específicos.

14) Assinale a alternativa CORRETA:

a) As associações não podem desenvolver atividade econômica, ainda que não haja finalidade lucrativa.

b) É desnecessária a prestação de contas pelas fundações ao Ministério Público.

c) A desconsideração da personalidade jurídica pode ser aplicada pelo Judiciário quando caracterizado o uso indevido da personalidade jurídica para a prática de atos abusivos ou fraudulentos.

d) O domicílio fixado pelas partes nos contratos escritos também é denominado domicílio legal.

e) A pessoa jurídica, ainda que possua diversos estabelecimentos em lugares diferentes, terá apenas um domicílio.

15) Analise as afirmações abaixo e, em seguida, assinale a alternativa CORRETA:

I – Bens infungíveis são aqueles que não podem ser substituídos por outros da mesma espécie.

II – Bens dominicais são aqueles destinados à utilização do público em geral.

III – Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião.

IV – Os bens públicos de uso especial podem sofrer desafetação, para fins de alienação.

a) I e II estão corretas;

b) II e III estão corretas.

c) II e IV estão corretas.

d) I, III e IV estão corretas.

e) Todas as alternativas estão corretas.

16) Assinale a alternativa FALSA:

a) No negócio jurídico é necessária a manifestação de vontade, sendo o silêncio considerado como anuência, quando as circunstâncias o autorizem e não seja necessária declaração expressa.

b) Os contratos devem ser interpretados com base no princípio da boa-fé, devendo ser interpretados de forma mais favorável ao aderente nos contratos de adesão.

c) O negócio jurídico com cláusula de condição resolutiva não gera efeitos enquanto tal condição não se verifica.

d) Na interpretação dos contratos, numa perspectiva civil-constitucional, deve-se levar em consideração a sua função social.

e) Nenhuma das alternativas acima está correta.

17) No que se refere às alternativas abaixo, é correto afirmar que:

a) O erro accidental, em regra, torna o negócio jurídico passível de anulação.

b) O dolo da responsabilidade civil gera a anulabilidade do negócio jurídico.

c) A ação pauliana somente poderá ser proposta em face de terceiros, caso comprovada a sua má-fé.

d) O negócio jurídico nulo pode ser confirmado pelas partes, visando o seu aproveitamento.

e) Nenhuma das alternativas acima está correta.

18) Assinale a alternativa que contém a afirmação FALSA:

a) O dano moral resulta de uma lesão a direitos da personalidade, gerando direito à compensação com finalidade de acréscimo patrimonial para a vítima.

b) A culpa extracontratual decorre da violação de um dever legal ou de abuso de direito.

c) A responsabilidade civil independe da criminal, mas não se pode mais questionar a existência do fato ou a autoria quando estas questões tiverem sido decididas na esfera penal.

d) Para a configuração da responsabilidade civil, mesmo objetiva, é necessária a relação de causalidade entre o dano e a conduta do agente.

e) A responsabilidade civil decorre do descumprimento de uma obrigação, em razão da não observância de regra contratual ou de preceito normativo, tendo como consequência a obrigação de indenizar o dano causado.

19) Assinale a alternativa que contém a afirmação CORRETA:

a) A evicção consiste na perda total ou parcial do bem, decorrente, em regra, de decisão judicial que o atribua a outrem devido a motivo jurídico anterior ao contrato de aquisição.

b) A previsão de exclusão de responsabilidade pela evicção em cláusula contratual isenta o alienante do pagamento pelo preço da coisa, ainda que o evicto não soubesse do risco da evicção.

c) O distrato não precisa obedecer a mesma formalidade do contrato, não gerando nulidade absoluta a inobservância da forma.

d) A herança de pessoa viva pode ser objeto de contrato, desde que haja consenso entre as partes.

e) A responsabilidade dos pais pela reparação civil, em razão da prática de ato ilícito pelos filhos menores, somente se configura em caso de culpa de sua parte.

20) Analise as afirmativas abaixo e responda a seguir:

I – A novação é uma forma de pagamento indireto, decorrente da substituição de uma obrigação anterior por uma nova, diversa da primeira obrigação definida pelas partes.

II – O inadimplemento da obrigação de não fazer ocorre quando o devedor pratica o ato de que devia se abster.

III – A vedação do enriquecimento sem causa decorre dos princípios da função social das obrigações e da boa-fé objetiva.

IV – As obrigações solidárias existem quando, na mesma obrigação, concorre mais de um credor, ou mais de um devedor, cada um com direito, ou obrigado à dívida toda, devendo resultar de lei ou da vontade das partes.

a) I e IV estão corretas.

b) II e III estão corretas.

c) I, II e IV estão corretas.

d) I, III e IV estão corretas.

e) Todas as alternativas estão corretas.

DIREITO PENAL

21) É sabido que o direito penal nos dias de hoje é movido por duas funções. Uma delas é a função de garantia, o direito penal funciona como uma barreira intransponível na criminalização, isto é, o que não está criminalizado é permitido. A outra função primordial, segundo a doutrina, é:

a) a proteção de bens jurídicos relevantes para a vida em sociedade.

b) a criminalização dos comportamentos indesejados moralmente.

c) a pura e simples proibição de condutas segundo a vontade do governante.

d) a criminalização do sujeito pelo que ele é e não pelo fato praticado.

e) a proibição de condutas conforme a moral majoritária vigente.

22) Decorre do princípio da legalidade a proibição no âmbito penal:

- a) da analogia *in bonam partem*.
- b) da interpretação analógica.
- c) da incriminação de condutas anteriores à lei criminalizadora.
- d) da existência de normais penais em branco homogêneas.
- e) da ultratividade da lei penal benéfica.

23) ZÉ TRIGO é chefe de uma associação criminosa que controla o tráfico de drogas no morro do VAI QUEM QUER. ZÉ TRIGO tem bom gosto, roupas de marca, dentes encapados com lentes de contato, vinhos finos e jantares em restaurantes luxuosos fazem parte do seu modo de vida. Ocorre que o tempo foi impiedoso com ZÉ TRIGO vindo a adquirir uma barriga protuberante, negada pelo próprio e justificada em razão de seus “ossos largos”, ainda que o aperto de suas roupas CK denunciem o ganho de peso. Alguns anos depois alguns comparsas deliberam matar Ossos Largos. JUCA BALA se encarrega de oferecer a Ossos Largos um suco durante o expediente na boca de fumo, enquanto TUCA fica com a incumbência de providenciar o veneno a ser colocado no suco. Chegando o dia, TUCA repassa para JUCA BALA o suco com o veneno que é oferecido a Ossos Largos, o qual não se furta em beber. Contudo, para surpresa de JUCA BALA, Ossos Largos deixa um pouco do suco e oferece de volta a JUCA BALA para que ele beba. JUCA recusa e, desconfiado, Ossos Largos saca de sua pistola e obriga JUCA BALA a beber. Desesperado, JUCA BALA diz que não quer beber porque tem veneno. Ossos Largos solta uma gargalhada estridente, joga fora o restante do suco e vai embora. Chegando a noite, JUCA BALA e TUCA estão na boca de fumo a planejar a sucessão de Ossos Largos quando são surpreendidos pelo "fantasma" do chefe. Postos para correr pela imagem do morto extremamente vivo, chegam na casa de TUCA, momento em que JUCA pega o pequeno frasco de veneno e constata que ele está vencido, logo, não era o fantasma, mas o próprio Ossos Largos que está vivo. Diante da situação descrita analise as assertivas abaixo tendo em conta a regulamentação legal do CRIME IMPOSSÍVEL:

- I – A hipótese descrita configura crime impossível porque o meio era absolutamente inidôneo.
- II – Também seria considerado crime impossível se o veneno estivesse dentro do prazo de validade, porém, os agentes tivessem utilizado quantidade insuficiente para matar.
- III – O crime impossível também é chamado pela doutrina de tentativa inidônea.

É (são) correta(s) a(s) assertiva(s):

- a) I, II e III.
- b) I e III.
- c) I
- d) II e III.
- e) I e II.

24) SASSÁ e LELÉ são estagiárias na Procuradoria da República e, frustradas com a remuneração de estagiário, embora felizes com o aprendizado proporcionado, deliberam pela prática de um crime que lhes garanta alguma vantagem econômica. SASSÁ sugere a prática de um furto, delito não violento e que *“possibilita a suspensão do processo caso sejamos presas”*, explica. LELÉ rechaça e diz que é melhor praticarem um roubo: *“que furto nada, o negócio tem que ter emoção, roubo com arma”*. SASSÁ temerosa dos riscos (*“podemos morrer”*) sugere então um estelionato: *“que tal enganarmos o Pedro vendendo para ele um anel de latão como se fosse de ouro?”*. LELÉ, mesmo contrariada (*“que falta de emoção”*), concorda e providencia a falsa joia. Antes, porém, que oferecessem a PEDRO o objeto falso elas o perdem numa das gavetas do gabinete onde são estagiárias. Diante desse quadro e do tema da TENTATIVA é possível dizer que:

- a) SASSÁ e LELÉ podem responder por tentativa de estelionato, pois já iniciaram atos de execução.
- b) SASSÁ e LELÉ não podem responder por crime algum, pois não passaram da esfera da cogitação.
- c) SASSÁ e LELÉ devem responder por tentativa de roubo, de furto e de estelionato.
- d) Ambas devem ser beneficiadas em razão do arrependimento posterior.
- e) SASSÁ e LELÉ não podem responder por crime algum pois permaneceram na esfera dos atos preparatórios.

25) XANDO e PIETRO são funcionários públicos e nesta qualidade deliberam pela morte de NELMA, também funcionária do setor onde trabalham, em decorrência do fato de esta não ter aderido a uma greve de funcionários. Plano elaborado caberia a PIETRO capturar NELMA e leva-la para o local onde XANDO realizaria a execução. PIETRO disse que preferia não participar de tal ato violento pois não gostava de ver sangue. No dia aprazado PIETRO sequestra NELMA e a deixa com XANDO que prepara uma bebida com veneno para ser ingerida pela vítima. Tão logo NELMA ingere, PIETRO começa a indagar se o evento vai demorar a ocorrer e numa insistente curiosidade sobre a morte começa a puxar assunto com XANDO. Cansado de esperar, PIETRO vai embora. Passados mais alguns instantes, XANDO, vendo-se sozinho com NELMA se descobre apaixonado por ela ao vê-la piscando insistentemente em sua direção. Diante disso, resolve ministrar-lhe o antídoto que já havia comprado para eventual desistência. NELMA não morre e não sofre maiores consequências.

Diante da situação narrada e levando em conta os vetores legais da DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA:

- a) XANDO e PIETRO devem responder por tentativa de homicídio.
- b) XANDO não pode se beneficiar da desistência voluntária pois sua ação não foi espontânea.
- c) PIETRO não pode responder por delito algum pois não havia no caso concreto um concurso de agentes.

- d) XANDO e PIETRO não iniciaram a ação de matar, logo, suas condutas são atípicas.
- e) XANDO é beneficiado pelo arrependimento eficaz.

26) LELÊ é estagiária do MPF e resolve retirar cinco folhas da impressora do gabinete onde trabalha para utilizá-las numa palestra a ser realizada no auditório da própria procuradoria onde está lotada. Diante deste fato, seria possível afastar a TIPICIDADE do comportamento alegando:

- a) inexigibilidade de conduta diversa.
- b) exercício regular de um direito.
- c) estado de necessidade.
- d) adequação social da conduta.
- e) incidência do princípio da insignificância.

27) Analise o extrato abaixo e assinale a alternativa que consolida as ideias nele expostas:

"O Direito Penal intervém na última fase do controle social. Trata-se de uma etapa violenta, já que intervém com a pena e com a medida de segurança. Isso conduz, inexoravelmente, a uma necessária limitação. De toda a construção iluminista que parte da lógica do contrato social e das ideias de Beccaria, que apregoam que uma efetiva punição produz melhores resultados que o aprofundamento de sua gravidade, construiu-se uma expressão principiológica muito mais ampla do que inicialmente proposta pelo nobre italiano.

Se partirmos da ideia de que não é necessário um Direito Penal tão agressivo, se reconhece, desde logo, a necessidade de utilizá-lo com moderação. Sua intervenção nos diversos âmbitos da vida, não pode ser ampla nem tão grave." (BUSATO, Paulo César. Direito Penal: parte geral. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2013, p. 55)

- a) O direito penal se apresenta como *prima ratio* para a proteção de bens jurídicos.
- b) O direito penal não pode proteger bens jurídicos que não tenham como sujeito passivo o homem. Assim, revela-se ilegítima a punição de crimes contra o meio ambiente pela ausência de um sujeito passivo determinado.
- c) Não há limites ao direito penal que pode de forma ampla se utilizar de todo tipo de pena para os variados fatos nele qualificados como crimes.
- d) O direito penal deve se conformar à ideia de *ultima ratio* seguindo-se as linhas de uma intervenção mínima.
- e) O direito penal enquanto instrumento de controle social não sofre limitações apriorísticas oriundas do pensamento iluminista e nem muito menos está condicionado à observância do princípio da proporcionalidade.

28) ASTOLFO foi preso em determinada agência do Banco do Brasil quando tentava sacar o benefício previdenciário de seu vizinho ANTÔNIO que havia falecido na semana anterior. Segundo constou da apuração, de posse da senha que era utilizada por ANTÔNIO e que lhe fora confiada pelo titular antes de morrer e, também, de uma identidade falsa em nome do morto, ASTOLFO compareceu no dia aprazado para tentar sacar o benefício indevidamente. Desconfiada a caixa do banco chamou a polícia pois não reconheceu a figura de ANTÔNIO o que culminou com sua confissão e prisão. Em juízo, o defensor de ASTOLFO alegou que ele estava passando fome e que apenas por esta razão tentara sacar o benefício. Silenciou, contudo, para o fato de que o próprio assistido já recebia um benefício previdenciário no valor de 1 salário mínimo.

Diante do quadro posto e da alegação defensiva é correto dizer que:

- a) A defesa alega a insignificância da conduta diante da situação de fome de ASTOLFO.
- b) A defesa alega a adequação social da conduta praticada por ASTOLFO.
- c) A tese de defesa se resolve no estado de necessidade e deve ser aceita diante da presença dos requisitos deste.
- d) A tese de defesa deságua no estado de necessidade, porém, não pode ser acolhida pela ausência dos requisitos legais.
- e) A tese de defesa diz com a exclusão da culpabilidade por inexigibilidade de conduta diversa.

29) A obediência hierárquica nos termos do Código Penal pode se constituir em:

- a) causa de exclusão da tipicidade.
- b) causa de exclusão da ilicitude.
- c) causa de exculpação.
- d) situação justificante.
- e) causa de extinção da punibilidade.

30) A prescrição nos crimes sexuais cometidos contra menores de 18 começa a correr:

- a) da data em que o fato se consumou.
- b) da data em que o menor completa 18 anos, salvo se já houver ação penal ajuizada.
- c) da data em que o fato se tornou conhecido.
- d) da data em que praticado o último ato de execução.
- e) da data em que o responsável pelo menor toma ciência do ocorrido.

DIREITO CONSTITUCIONAL

31) Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O argumento histórico, no processo de interpretação constitucional, não se reveste de caráter absoluto. Qualifica-se, no entanto, como expressivo elemento de útil indagação das circunstâncias que motivaram a elaboração de determinada norma inscrita na Constituição, permitindo o conhecimento das razões que levaram o constituinte a acolher ou a rejeitar as propostas que lhe foram submetidas.
- b) A ponderação é tida como uma técnica de solução de determinados conflitos normativos, a saber, aqueles que envolvem colisões de valores ou de opções político-ideológicas e que não são superáveis pelas formas hermenêuticas tradicionais.
- c) As disposições constitucionais transitórias não são tidas como partes da Constituição, portanto, não ostentam a rigidez peculiar às regras inscritas no texto básico da Carta Magna.
- d) Pelo princípio da unidade da Constituição, as normas constitucionais devem ser vistas não como normas isoladas, mas como preceitos integrados num sistema unitário de regras e princípios, que é instituído pela própria Constituição Federal.
- e) O princípio da máxima efetividade orienta os aplicadores da Lei Maior para que interpretem as suas normas para otimizar-lhes a eficácia, sem alterar o seu conteúdo.

32) Assinale a alternativa INCORRETA, tendo em vista as súmulas vinculantes do STF:

- a) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição.
- b) Não viola a cláusula de reserva de plenário (CF, artigo 97) a decisão de órgão fracionário de Tribunal que embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, afasta sua incidência, no todo ou em parte.
- c) Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.
- d) A cobrança de taxa de matrícula nas universidades públicas viola o disposto no art. 206, IV, da Constituição Federal.
- e) É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.

33) Sobre os direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa CORRETA:

a) É reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurada a competência para o julgamento dos crimes dolosos e culposos contra a vida.

b) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal, instrução processual penal ou processo administrativo disciplinar.

c) É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.

d) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, sendo necessária licença do Poder Público para se manifestar, pela internet, contra políticos.

e) A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas dependem de autorização do Poder Público.

34) “Os direitos fundamentais sociais constituem obrigações de prestação positivas cuja satisfação consiste num *facere*, uma “ação positiva” a carga dos poderes públicos”. E, embora, se possa constatar declarações de direitos com expressa referência aos direitos fundamentais sociais anteriores à II Guerra Mundial, será, todavia, nos anos 70 do século XX, que se colocará com maior acuidade a questão de saber quanto a esses direitos e prestações jusfundamentais se os mesmos possuem status constitucional” (QUEIROZ, Cristina. *Direitos fundamentais sociais*. Portugal: Coimbra Editora, 2006, p. 25) Sobre os direitos sociais no sistema constitucional brasileiro, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, os servidores contratados em caráter temporário têm direito à extensão de direitos sociais constantes do art. 7º do Magno Texto, nos moldes do inciso IX do art. 37 da Carta Magna.

b) Embora resida, primariamente, nos Poderes Legislativo e Executivo, a prerrogativa de formular e executar políticas públicas, revela-se possível, no entanto, ao Poder Judiciário determinar, ainda que em bases excepcionais, especialmente nas hipóteses de políticas públicas definidas pela própria Constituição, sejam essas implementadas pelos órgãos estatais inadimplentes, cuja omissão - por importar em descumprimento dos encargos político-jurídicos que sobre eles incidem em caráter mandatório - mostra-se apta a comprometer a eficácia e a integridade de direitos sociais impregnados de estatura constitucional.

c) O Ministério Público não possui legitimidade para ajuizar ação civil pública com o escopo de implementar direitos sociais previstos na Constituição Federal, tendo em vista o princípio constitucional de separação de poderes.

d) São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

e) A partir da consolidação constitucional dos direitos sociais, a função estatal foi profundamente modificada, deixando de ser eminentemente legisladora em pró das liberdades públicas, para se tornar mais ativa com a missão de transformar a realidade social. Em decorrência, não só a administração pública recebeu a incumbência de criar e implementar políticas públicas necessárias à satisfação dos fins constitucionalmente delineados, como também, o Poder Judiciário teve sua margem de atuação ampliada, como forma de fiscalizar e velar pelo fiel cumprimento dos objetivos constitucionais.

35) Sobre o perfil constitucional do Ministério Público, assinale a alternativa CORRETA:

a) Os membros do Ministério Público possuem a garantia da vitaliciedade, após três anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.

b) O ingresso na carreira do Ministério Público far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em sua realização, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, dois anos de atividade jurídica e observando-se, nas nomeações, a ordem de classificação.

c) Os Ministérios Públicos dos Estados compreendem o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

d) O Ministério Público é instituição vinculada ao Poder Executivo, mas essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

e) As funções do Ministério Público só podem ser exercidas por integrantes da carreira, que deverão residir na comarca da respectiva lotação, salvo autorização do chefe da instituição.

36) Sobre o Poder Judiciário, assinale a alternativa INCORRETA:

a) O STF processa e julga, originariamente, nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República.

b) O STJ processa e julga, originariamente, os mandados de segurança e os *habeas data* contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal.

c) Os juízes federais processam e julgam os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente.

d) Os juízes estaduais processam e julgam os crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro, a execução de carta rogatória, após o "exequatur", e de sentença estrangeira, após a homologação, as causas referentes à nacionalidade, inclusive a respectiva opção, e à naturalização.

e) A Justiça do Trabalho processa e julga as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

37) Sobre o Poder Legislativo, assinale a alternativa INCORRETA:

a) O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta Deputados.

b) Os Deputados e Senadores, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Superior Tribunal de Justiça.

c) A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada.

d) Compete privativamente ao Senado Federal processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade.

e) Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.

38) Sobre o mandado de segurança, assinale a alternativa INCORRETA:

a) No mandado de segurança impetrado pelo Ministério Público contra decisão proferida em processo penal, é obrigatória a citação do réu como litisconsorte passivo.

b) Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer originariamente de mandado de segurança contra atos de outros tribunais.

c) Controvérsia sobre matéria de direito não impede concessão de mandado de segurança.

d) No mandado de segurança contra a nomeação de magistrado da competência do Presidente da República, este é considerado autoridade coatora, exceto se o fundamento da impetração seja nulidade ocorrida em fase anterior do procedimento.

e) Constitui crime de desobediência, nos termos do art. 330 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940, o não cumprimento das decisões proferidas em mandado de segurança, sem prejuízo das sanções administrativas e da aplicação da Lei no 1.079, de 10 de abril de 1950, quando cabíveis.

39) Sobre o controle de constitucionalidade das leis, assinale a alternativa INCORRETA:

a) A Constituição de 1988 elegeu como cláusulas pétreas a forma federativa de Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais.

b) Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.

c) O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.

d) As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

e) Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao poder competente para a adoção das providências necessárias imediatamente, sob pena de prisão do agente público omissor.

40) Assinale a alternativa CORRETA:

a) O preâmbulo da Constituição Federal pode, por si só, servir de parâmetro de controle de constitucionalidade de uma norma.

b) A invocação de Deus no preâmbulo da Constituição Federal torna a Religião Católica Apostólica Romana como a oficial do Brasil.

c) A invocação de Deus no preâmbulo da Constituição Federal é norma de reprodução obrigatória nas Constituições Estaduais.

d) O preâmbulo da Constituição Federal não diz que a sociedade brasileira é comprometida com a solução pacífica das controvérsias.

e) O preâmbulo traz em seu bojo os valores, os fundamentos filosóficos, ideológicos, sociais e econômicos e, dessa forma, norteia a interpretação do texto constitucional.

QUESTÕES PROVA SUBJETIVA

TEORIA GERAL DO PROCESSO

Todo estudante e profissional do direito deve ter poder de síntese para que seja bem e fielmente compreendido em suas manifestações. Confiante neste poder, disserte em, no máximo, **10 linhas sobre as seguintes questões**. Anote-se que poderá ser avaliado negativamente aquele que ultrapassar o número de linhas determinado.

Questão 1 - Atualmente, especialmente, após o início dos processos da denominada operação 'lava-jato', a ética tem sido cada vez considerada relevante no campo processual. Por isso, disserte sobre os aspectos éticos do processo. **(Máximo de linhas: 10)**

Questão 2 – Para a concessão de um benefício previdenciário (ex: aposentadoria), é necessário o esgotamento das vias administrativas? (A resposta necessariamente deverá conter comentários acerca do RE631240-MG/STF no qual o Tribunal estabeleceu certos critérios para a concessão do benefício previdenciário via judicial). **(Máximo de linhas:10)**

DIREITO CIVIL

Questão 1 - Disserte sobre a responsabilidade civil, abordando conceito, elementos e classificação quanto à culpa.

Questão 2 – O Direito Civil Constitucional vem sendo apontado pelos doutrinadores como um novo caminho metodológico, que tem contribuído para a evolução do pensamento privado.

Sob esta ótica, disserte sobre a interpretação das normas de Direito Civil à luz dos preceitos constitucionais, citando e analisando, ao menos, um exemplo do Código Civil quanto aos direitos da personalidade e um exemplo do Código Civil quanto aos princípios que regem os contratos.

DIREITO PENAL

Questão 1 - Discorra sobre: A importância do princípio da legalidade para o direito penal moderno. (Máximo de linhas: 10)

Questão 2 – Pode o arrependimento posterior ser aplicado no crime de roubo a carteiro? (Máximo de linhas: 10)

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 1 - Sobre o Supremo Tribunal Federal, inspirado na notícia abaixo e de acordo com a Constituição Federal, responda criticamente:

- a) Quais são os requisitos para ser ministro do STF?
- b) Como é o processo para escolha, aprovação e nomeação de um ministro do STF?
- c) Qual a competência precípua do STF?

Questão 2 – Alexandre de Moraes toma posse como ministro do STF (<http://g1.globo.com/politica/noticia/alexandre-de-moraes-toma-posse-nesta-quarta-como-ministro-do-stf.ghml>) Notícia de 22/03/2017 as 05h)

Aos 48 anos, o ex-ministro da Justiça Alexandre de Moraes tomará posse nesta quarta-feira (22) no Supremo Tribunal Federal (STF). Advogado, ele assume a cadeira deixada por Teori Zavascki, que morreu há dois meses após acidente aéreo no litoral do Rio de Janeiro.

Amigo do presidente Michel Temer, Moraes toma posse na mais alta Corte do país em meio a um momento de suspense no mundo político.

Na semana passada, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, enviou ao STF 83 pedidos de abertura de inquérito para investigar políticos citados nas delações de ex-executivos da Odebrecht no âmbito da Operação Lava Jato.

Discorra sobre as funções institucionais do Ministério Público previstas na Constituição Federal, abordando criticamente:

- a) atribuição penal;
- b) atribuição civil.